

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS
ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 5ª REUNIÃO**

Data: 20 de setembro de 2006.

Local: Agência Nacional de Águas, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério dos Transportes: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SQA: Ademilson Zamboni (ademilson.zamboni@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (vanessa.cavalcanti@dnpm.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério da Ciência e Tecnologia: não compareceu
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Felipe M. Suplicy (fsuplicy@seap.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – ES/MG: Rogério da Silva Lages (rlages@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – RJ/SP: Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesb.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: Eduardo Farias Topazio (efarias@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SE/PI: não compareceu
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: Paulo Roberto Castella (pcastella@sema.pr.gov.br)
- Usuário/Indústria: não compareceu
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Rosa Maria Mancini (cbhln@pratica.com.br)
- Organizações Não-Governamentais: Andréa Paula de Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Thereza Christina Rosso (thereza.rosso@pesquisador.cnpq.br)

CONVIDADOS:

- Antonio Joaquim Gonçalves Moreira (Ministério da Defesa) – email@brturbo.com.br
- Gilberto Fonseca Barroso (UFES/ES) – gfbarroso@uol.com.br
- João Luiz Nicolodi (SQA/MMA) - joao.nicolodi@mma.gov.br
- Maria de Fátima Araújo Paiva (Codevasf) – maria.paiva@codevasf.gov.br
- Mário Cesar B. de Oliveira (SQA/MMA) – mario-cesar.oliveira@mma.gov.br
- Oneida Freire (Ministério do Turismo) – oneidafreire@brturbo.com.br

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

No dia 20 de setembro de 2006, com início às 10h, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 5ª reunião em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência da Sra. Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH. [Item 1 – Abertura / Aprovação da minuta de ata da 4ª reunião](#): A Sra. Rosa saudou a todos, apresentando o novo membro, Sr. Paulo Roberto Castella, representante do estado Paraná. Em seguida, repassou o que seria a pauta do dia. A ata foi aprovada. [Item 2 – Informes](#): 1- A Sra. Rosa Mancini falou de dois ofícios recebidos pela CTCOST. O primeiro foi entregue, em mãos, pelo conselheiro representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, Sr. Sérgio de Souza Silva, durante a 19ª Plenária Extraordinária do CNRH, em 24/08/2006. Assunto: solicitou “parecer a respeito dos limites da área de abrangência dos comitês de bacia em Santa Catarina, mais especificamente a quem compete a gestão dos recursos hídricos em bacias de domínio do Estado que sofrem influência de maré, bem como nas lagoas de águas salobras e/ou salinas e ainda nas ilhas costeiras”. O segundo, recebido em 08/09/2006, pela Secretaria Executiva do CNRH, foi enviado pelo Sr. Walmor Alves Moreira, Procurador da República no município de Joinville/SC. Assunto: solicitou informações a respeito da classificação dos corpos de água da região da Baía de Babitonga/SC. Segundo processo anexo ao ofício, havia

56 possível contaminação dos peixes e crustáceos que habitam na baía, por metais pesados e outros poluentes gerados
57 por atividade industrial da empresa Tupy Fundições. Pelo fato do tema do primeiro ofício ser objeto de estudo do
58 GT Base Territorial, a Sra. Rosa pediu que o coordenador do grupo formulasse a resposta, mesmo que esta ainda
59 seja de indicação do andamento dos trabalhos do grupo e futuros esclarecimentos de elementos complementares.
60 Quanto ao segundo documento, a Sra. Rosa esclareceu que a relatora da câmara já havia minutado uma resposta,
61 pois decorria o prazo de 15 dias. O texto final seria verificado e encaminhado com urgência, já que o escopo da
62 resposta estava claro (Resolução CONAMA nº 357/2005 e Comissão de Estudos para Integração do SISNAMA e
63 SINGREH), além de também informar que a CTCOST, assim como as demais Câmaras Técnicas do CNRH, não
64 possui competência deliberativa, e sim de apoio e assessoramento técnico às decisões do plenário. Portanto,
65 qualquer solicitação de parecer deve, necessariamente, ser encaminhado para e pelo presidente do colegiado, nesse
66 caso a Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva. 2- O Sr. João Nicolodi informou sobre o
67 andamento dos trabalhos da Comissão de Estudos para Integração SISNAMA/SINGREH, criada em 02/03/2006,
68 por Portaria MMA nº 64. Foram realizadas seis reuniões formais, além dos encontros de dois grupos de trabalho.
69 Naquele mesmo dia estariam sendo apresentados os resultados à Ministra Marina Silva, nos quais foram
70 identificados, entre outros, a necessidade: **a)** de adoção de definições comuns para instrumentos comuns aos dois
71 sistemas; **b)** de revisão da Resolução CNRH nº 12 - enquadramento de corpos de água (por sugestão da ANA); **c)**
72 de revisão da Resolução CNRH nº 17 - diretrizes para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias
73 Hidrográficas, propondo que, em coerência com o art.3º da Lei 9.433/97, em especial em seus incisos III, V e VI e
74 com o art. 31, sejam consideradas, no processo de elaboração dos mencionados Planos a articulação com os
75 sistemas estuarinos e costeiros (por sugestão da CTCOST), sua articulação com os instrumentos de ordenamento
76 do uso do solo e observadas as áreas reguladas por legislações específicas. Ainda sobre este tema, a Comissão
77 aprovou sugestão do seu Grupo de Apoio de ampliar o trabalho para examinar e propor formas de articulação com
78 outros instrumentos que vêm sendo utilizados na gestão de recursos hídricos, como a Avaliação Integrada de
79 Bacias – AAIB e a Avaliação Ambiental Estratégica; **d)** de aprovação da proposta da Câmara Técnica de
80 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR/CNRH relativa à articulação
81 ente os instrumentos “Licenciamento ambiental” e “Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos”. A
82 Comissão considerou que a proposta da CTPOAR já contempla a articulação entre os dois instrumentos, uma vez
83 que foi elaborada em audiência com os órgãos gestores dos dois Sistemas; e **e)** de elaboração de proposta de
84 criação, no âmbito do MMA, de Comissão Permanente com a finalidade de articulação e integração de temas
85 conexos submetidos ao CNRH e ao CONAMA. A proposta de Portaria da Ministra, instituindo a Comissão
86 Permanente e os procedimentos, foi aprovada pela Comissão em reunião realizada em 10/08/2006. O Sr. Nicolodi
87 disponibilizará o relatório final quando for aprovado. Ficou combinado que, no caso da proposta da CTPOAR, a
88 qual "estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de
89 recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental", e que já foi encaminhada à Câmara Técnica
90 de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, a relatora da CTCOST avisaria a data da reunião na qual seria
91 analisada a proposição, antes de seguir para o plenário. Caso houvesse interesse em modificar o texto da
92 Resolução, a reunião da CTIL seria a oportunidade, onde o direito à voz é facultado a todos os presentes, mesmo
93 não sendo representante oficial. Item 3 – Relato do Grupo de Trabalho “Planos de Recursos Hídricos”, por
94 Luciano Meneses (ANA), seguido de debate: O Sr. Luciano desenhou o fluxo de como o GT caminhou até então:
95 três reuniões, análise do TDR (SRH/MMA 2000), observação do TDR da bacia do rio Doce, recebimento de
96 contribuições e expectativas de início dos trabalhos em conjunto com o GT Base Territorial. Relatou, então, que o
97 grupo decidiu por propor uma resolução específica que trouxesse elementos extras à Resolução CNRH nº 17, os

98 quais deveriam ser considerados nos planos de recursos hídricos. Segundo o Sr. Luciano, o GT entendeu que
99 modificar a Resolução 17 não atenderia por completo o que se espera, pois existem outros aspectos, instrumentos,
100 além de planos de recursos hídricos, que precisam ser observados. Sendo assim, o GT apresentou uma minuta de
101 Resolução que, inicialmente, estabelece que os Planos de Recursos Hídricos a serem elaborados para as Bacias
102 Hidrográficas, cujos corpos de água afluem para o mar ou que deste sofram influência, deverão ser desenvolvidos
103 em harmonia com as diretrizes de gestão costeira para a região, e deverão ser elaborados de forma integrada com
104 os demais instrumentos da política ambiental. Esclareceu que a proposta já era de conhecimento do GT Base
105 Territorial, pois, nos dias anteriores, as reuniões dos dois GTs aconteceram, basicamente, com os mesmos
106 membros, tendo sido, portanto, profícuas. Nessa proposta seria incorporada, inclusive, a metodologia estabelecida
107 pelo GT Base Territorial. O objetivo é que até dezembro deste ano exista uma primeira versão mais consistente da
108 proposta de Resolução a ser encaminhada à CTIL para um primeiro parecer. Depois, em 2007, um *workshop*
109 deverá reunir especialistas dos dois sistemas para discussão da proposta e posterior trabalho de adequação da
110 minuta do documento pela CTCOST. Só então o texto seria enviado à CTIL para análise final e encaminhamento
111 ao plenário do CNRH. Após debate sobre o conteúdo da proposta, dominialidade, estratégia para o envolvimento
112 da sociedade (necessidade de se conhecer todos os atores), possibilidade da criação de um GT de terminologia,
113 envolvimento de outras CTs do CNRH, e sobre a preocupação de se estabelecer uma deliberação exequível pelo
114 colegiado, ficou acordado o envio de sugestões à proposta de Resolução até 10/10/2006 para
115 rachel.siqueira@mma.gov.br. Todos, inclusive os convidados da CTCOST, deveriam participar dessa tarefa. Após
116 o recebimento das sugestões, estas seriam consolidadas e encaminhadas, pela relatora da CTCOST, ao GT “Planos
117 de Recursos Hídricos”, o qual analisaria todo o texto. [Item 4 – Relato do Grupo de Trabalho “Base Territorial”](#),
118 [seguido de debate](#): O Sr. João Nicolodi, membro do GT, apresentou *slides* que ilustraram o resumo dos trabalhos
119 da primeira reunião do grupo: participantes (inclusive com a presença do GT Planos de Recursos Hídricos);
120 discussão sobre a definição de uma bacia do estado Espírito Santo para o primeiro estudo de caso / teste de
121 metodologia (Jacareípe ou Piraquê-açu – locais onde já existe grande quantidade de dados); pilares das
122 metodologias de integração dos dois sistemas (recursos hídricos e zona costeira), apresentadas pelo professor
123 Gilberto Barroso (Fase 1 – Desenvolvimento da estrutura de integração e Fase 2 – Desenvolvimento de estudo de
124 caso); e estratégia de trabalho (apresentação anexa a esta ata). O professor Gilberto Barroso apoiou a apresentação,
125 detalhando o que seriam os pilares das metodologias de integração, inclusive com a experiência de outros países.
126 Por fim, a estratégia de trabalho do GT foi definida da seguinte forma: até a próxima reunião do GT haveria um
127 melhor nivelamento de informações e estudo aprofundado das metodologias apresentadas pelo Sr. Gilberto - até
128 23/10/06, o Sr. Gilberto deverá enviar, aos demais membros do GT Base Territorial, um escopo metodológico
129 básico a partir das experiências apresentadas; e, em seguida, o grupo analisaria esse escopo sugerido e
130 encaminharia sugestões para sistematização em um único texto a ser debatido por toda a CTCOST. A partir daí
131 haveria a inserção dos dados da bacia escolhida no modelo a ser proposto; verificação e validação teórica;
132 aplicação prática da metodologia; e inserção de diretrizes nos devidos instrumentos legais. Após discussão dos
133 Grupos de Trabalho, ficou estabelecido o envio de ofício à diretoria do IEMA/ES com o intuito de manter a
134 estratégia institucional de apoio aos trabalhos da CTCOST, assinado pelos Secretários João Bosco Senra
135 (Recursos Hídricos/MMA) e Victor Zular Zveibil (Qualidade Ambiental/MMA), e a seguinte agenda: 30/10/06 –
136 Reunião dos 2 GTs, 31/10/06 – 6ª Reunião CTCOST (todas em Brasília); e 22/11/06 - 7ª Reunião CTCOST
137 (possibilidade de acontecer durante o Encogerco - Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, a ser realizado
138 em Florianópolis/SC, de 27 a 29 de novembro). A Sra. Rosa enfatizou a importância da presença da CTCOST no
139 Encogerco, pois haveria debates para a elaboração do 3º Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC. Foi

140 dado intervalo para o almoço de 13h as 14h20. [Item 5 – Apresentação “Planos Locais de Desenvolvimento da](#)
141 [Maricultura – PLDM’s” \(programa da SEAP/PR de planejamento setorial para a maricultura em águas da União\).](#)
142 [por Felipe Suplicy, coordenador-geral de Maricultura:](#) O Sr. Felipe apresentou os problemas enfrentados pelos
143 maricultores e pelos órgãos de fomento e controle; a necessidade de planejamento; os planos locais de
144 desenvolvimento da maricultura que promova o desenvolvimento que atenda as necessidades da geração atual sem
145 comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das gerações futuras (integrado e participativo) –
146 objetivo primordial da SEAP; e a gestão integrada da zona costeira. (apresentação anexa a esta ata). [Item 6 –](#)
147 [Encaminhamentos / Encerramento:](#) Nesse momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, a Sra. Rosa
148 Mancini lembrou a todos de encaminharem suas contribuições ao quadro comparativo das duas políticas (recursos
149 hídricos e gerenciamento costeiro) e informou que, para a próxima reunião, verificaria a possibilidade das
150 seguintes apresentações: Planos Diretores Municipais na Zona Costeira (Ministério das Cidades) e atuação da
151 Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Às 16h30 do dia 20 de
152 setembro, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 5ª reunião da CTCOST.

153

154 Ata aprovada na 6ª reunião da CTCOST, em 31 de outubro de 2006.

155

156

157

158 **Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini**

159 Presidente da CTCOST

160

161

162

163 **Rachel Landgraf de Siqueira**

164 Relatora da CTCOST